



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADEMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

KAIO MOURA DE ARAÚJO

EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO
GOVERNO BOLSONARO

CAMPINA GRANDE

2021

KAIO MOURA DE ARAÚJO

**EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO
GOVERNO BOLSONARO**

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Thiago Romeu de Souza.

CAMPINA GRANDE

2021

KAIO MOURA DE ARAÚJO

**EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO
GOVERNO BOLSONARO**

Monografia apresentada à banca examinadora
da Universidade Federal de Campina Grande
como requisito para obtenção do título de
licenciado em Geografia.

Aprovado em _____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
ORIENTADOR

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
1º EXAMINADOR

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
2º EXAMINADOR

Dedico minha educação aos meus pais:
Jandovi Fernandes de Araújo e Aelza da Silva
Moura. E a meu avô: Antônio Ésio de Moura
(Em Memória).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Jandovi Fernandes de Araújo e Aelza da Silva Moura, por tanto lutarem pela educação de seus filhos. A meu pai que, na luta difícil do gado, nunca abaixou a cabeça para as adversidades que a vida lhe impôs e lutou até o último centavo para dar a seus filhos a oportunidade que não teve, assim como para dar uma vida melhor da que teve. A minha mãe, símbolo maior de amor e paciência, e no auge de tudo que é humilde, sacrificou muitos de seus anos por mim e pelo meu irmão, nunca deixando faltar o pão e nem tampouco o carinho materno. Ela é mãe e pai.

Dedico também à memória de meus avós: Sebastião Fernandes e Anália Macedo, e Antonio Ézio de Moura, que nunca me deixou faltar o incentivo e hoje me deixa a saudade. Sua humildade é meu guia nos momentos difíceis. Lutarei para deixar seu pé de laranja vivo até o dia que Deus permitir. Dedico também a minha avó Egídia Luciano, exemplo de mulher forte e guerreira.

Agradeço a paciência, entendimento e companheirismo do meu orientador, Thiago Romeu de Souza. Nos momentos de aflição, nunca me deixou faltar à esperança. Agradeço aos colegas de curso, em especial a Lucas Artur, pelas risadas, resenhas e fidelidade nos momentos mais difíceis dentro do curso. Os caminhos da vida nos distanciam apenas na presença, mas, na memória, ficará as boas lembranças de ajuda mútua.

Agradeço aos irmãos que a vida dar: Lucas “Cachaça” Medeiros, com inúmeras qualidades, que o considero um irmão mais velho; João Vitor, pela humildade; Wedson Luis, pela espiritualidade; Igor Guimarães, pela personalidade; Hugo Reis, pela compaixão.

Agradeço a Ana Karoline Dantas Cunha, que agiu como alicerce nos momentos em que eu mais precisei de segurança.

Agradeço aos professores fundamentais, em nome de minha Tia Aedja Moura, símbolo de carinho, amor, paciência e bom humor.

Agradeço a Deus, que, durante esta jornada, me apresentou pessoas para me mostrarem como eu não devo ser e agir.

“Para se ser feliz até um certo ponto é preciso ter-se sofrido até esse mesmo ponto”.

Edgar Allan Poe

“Tive meu sofrimento, mas também realizei o meu desejo”.

Paulo Coelho, em O Zahir.

A enxada pesa menos que a caneta.

Kaio Moura de Araújo

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo principal analisar a erosão democrática na América Latina ocorrida nos últimos anos, com foco especial no Brasil e seus efeitos geográficos imediatos. Essa degradação democrática vem sendo detectada em alguns países com democracias centenárias, como nos EUA. Nos últimos anos outros países com democracias mais recentes estão passando por um processo de retrocesso, tanto em relação aos direitos humanos como em seus sistemas eleitorais e de funcionamento do governo. Abordamos a América latina como um todo, e, a título de pesquisa, analisamos o Brasil, que no Governo Bolsonaro está provando de retrocessos em sua jovem democracia. Para isso, foi-se realizado um levantamento bibliográfico de obras que versam sobre a democracia, política, recessão democrática, e América Latina, com vistas a trazer o melhor dos conceitos para essa obra. Após essa análise, trazemos como resultados os efeitos geográficos (fome, desemprego, inflação) ocasionados pela erosão democrática do governo de Bolsonaro.

Palavras-chaves: democracia; erosão democrática; Brasil.

ABSTRACT

The main objective of this Course Conclusion Work (TCC) is to analyze the democratic erosion in Latin America that has occurred in recent years, with a special focus on Brazil and its immediate geographical effects. This democratic degradation has been detected in some countries with centuries-old democracies, such as the USA. In recent years other countries with more recent democracies are going through a process of backsliding, both in relation to human rights and in their electoral systems and the functioning of the government. We approach Latin America as a whole, and, as a research candidate, we analyze Brazil, which in the Bolsonaro Government is proving setbacks in its young democracy. For this, a bibliographic survey of works on democracy, politics, democratic recession, and Latin America was carried out, with a view to bringing the best of concepts to this work. After this analysis, we bring as results the geographical effects (hunger, unemployment, inflation caused by the democratic erosion of the bolsonaro government).

Keywords: democracy; democratic erosion; Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de regime.....	21
Tabela 2 - Situação democrática dos países latino-americanos	11
Tabela 3 - Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário.....	20

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - classificação das democracias no mundo	19
Figura 2 - territorialização dos votos de Bolsonaro no segundo turno	23

LISTA DE ABREVIATURAS

SP	São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
AI	Atos Institucionais
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>11</u>
<u>UMA CONCEITUAÇÃO DE DEMOCRACIA</u>	<u>12</u>
UMA EROÇÃO DEMOCRÁTICA SOB QUATRO PILARES	17
<u>EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E SEUS EFEITOS GEOGRÁFICO: ANÁLISE DO PRESIDENTE BOLSONARO</u>	<u>22</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>33</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>34</u>

INTRODUÇÃO

A democracia, basicamente, é definida como sendo um regime totalmente voltado para a população, em que seus líderes legítimos são escolhidos pela vontade do povo, e tudo ocorre para o povo, com o povo e pelo povo. Democracia também é um modo de vida que traga satisfação de direitos para o povo. Entretanto, diversas são as concepções sobre o termo democracia. São muitos os autores e pensadores, antigos e modernos, que tentam trazer luz a este conceito bastante discutido. No Capítulo 2, abordaremos algumas concepções sobre a democracia, assim como o pensamento pulsante de autores como Jacques Ranciere, Hannah Arendt, Norberto Bobbio, entre outros. A transparência e a liberdade de expressão são pontos fundamentais para a consolidação de uma democracia. Ressaltamos também, neste trabalho, que a democracia não se consolida como o habitat natural do capitalismo. Fornecemos dados do *Democracy Index*, relatório da revista *The Economist*, sobre o *status* das democracias ao redor do mundo e como se classificam sob suas próprias falhas. Destacamos também a territorialização das democracias dos países latinos americanos e sua classificação como democracias plenas com falhas, regimes híbridos e regimes autoritários.

Contudo, nosso enfoque principal está na erosão democrática ocorrida em várias partes do mundo devido à eleição de líderes antidemocráticos, como, por exemplo, a eleição de Donald Trump nos EUA e a eleição de Jair Messias Bolsonaro no Brasil. Partimos, no capítulo 3, de uma obra de dois autores estadunidenses, o Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, que compilam uma obra ímpar, o livro “Como as Democracias Morrem”, em que trazem um estudo abrangente e bem fundamentado sobre como os regimes democráticos vem sendo sacudidos ao redor do mundo, em especial com a eleição de demagogos extremistas. Para isso, eles lançam uma tabela com quatro pilares que indicam quando um líder possui viés antidemocrático.

No capítulo 4, nós realizamos um levantamento, de acordo com a tabela de Ziblatt e Levitsky, dos caminhos em que Bolsonaro percorreu para se tornar um antidemocrático. A eleição de Bolsonaro pode ser classificada como um marco de acentuação da erosão democrática em território brasileiro. Em especial, quando existem ataques severos aos direitos e garantias de igualdade básica da população, como: altas taxas de desemprego, inflação, preços dos produtos nas alturas, entre outros. Todos levando a efeitos geográficos catastróficos e colocando a democracia brasileira m alerta.

Para a realização desse trabalho foi feito levantamento bibliográfico panorâmico, com vistas a aprofundar os conceitos abordados. Desde obras da atualidade, como mais antigas, visando mesclar o máximo que é visto sobre democracia com o passar dos anos. É destinado a estudantes engajados sobre pesquisa política, assim como a democracia e sua erosão em solo brasileiro após a eleição de Bolsonaro.

UMA CONCEITUAÇÃO DE DEMOCRACIA

Diversas são as concepções sobre o termo democracia. Infinitos são os autores e pensadores, antigos e modernos, que tentam trazer luz a este conceito bastante intrincado. “Centenas de filósofos ou sociólogos, cientistas políticos ou psicanalistas, jornalistas ou escritores já forneceram a resposta em livros e mais livros, artigos e mais artigos, programas e mais programas de televisão. Todos tentaram explicar os sintomas e efeitos da democracia, isto é, o reino dos desejos ilimitados dos indivíduos da sociedade de massa moderna (RANCIÈRE, 2014, p. 08)”. Sabendo dessa colossal teia de significados em que o conceito democracia se encontra, assim como sua alta periculosidade no campo das ideias, abraçaremos autores, como Jacques Ranciere, Hannah Arendt, Norberto Bobbio, entre outros, que possuem referência no que falam sobre a razão democrática. O primeiro nos relata que “a democracia é o pior dos governos, com exceção de todos os outros (p. 11)”. Ou seja, mesmo com um amplo campo a ser discutida, com diversas entrelinhas e um emaranhado de situações, a democracia se torna o governo mais aceito que os demais, pois é o ponto mais próximo que conseguimos alcançar para uma organização da sociedade, mesmo que em pequenos passos.

A democracia é um tema bastante antigo e explorado por vários autores. Entretanto, configura-se, na atualidade, como uma área de estudo bastante significativa, por apresentar-se contemporaneamente como o regime defendido por quase todas as correntes de pensamento, independente de suas concepções políticas e ideológicas. É certo, porém, que no embate político a defesa da democracia assume perspectivas diversas. (NETO, 1997, p. 288)

Antes de tudo, gostaríamos de expor duas características importantíssimas, dois sustentáculos para uma democracia saudável e em vias de crescimento. Alguns pensadores apontam que um sistema democrático deve ser baseado, principalmente, na transparência e na liberdade de expressão.

Uma das razões da superioridade da democracia diante dos estados absolutos funda-se sobre a convicção de que o governo democrático poderia finalmente dar vida à transparência do poder, ao 'poder sem máscara. Nos Estados constitucionais como o brasileiro, o caráter público deve ser a regra, e o segredo a exceção. A constituição brasileira prevê no seu Artigo 37, que a administração pública, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade. Portanto, o que é de interesse público deve ser do conhecimento coletivo. (JÚNIOR, 1999, p. 18)

O entendimento que hoje se tem sobre o alcance da liberdade de expressão é o resultado de uma evolução de centenas de anos, e que se acelerou dramaticamente entre os anos 20 e 70 do século passado. Ao final desses 50 anos, fixou-se em suas linhas mestras o que chamamos de sistema atual de liberdade de expressão, como resultado de lutas sociais e de controvérsias acadêmicas e jurídicas, envolvendo juízes, advogados, acadêmicos, governos e ativistas políticos sobre a justificativa "do uso do nosso poder político coercitivo e coletivo á luz da razão pública", como diria Rawls (2003). (SILVA, 2009, p. 27)

Para Kant (Apud.: JÚNIOR, 1999, p 18)¹, “o eixo do regime democrático deve estar na transparência e controle popular dos atos e decisões governamentais”. Assim, não existe regime democrático sem participação do povo, da mesma forma como da transparência, para com o povo, de seus representantes legalmente eleitos (democracia representativa). Alguns impérios e monarquias possuem, em seu seio, direcionamentos e regras que prezam pela transparência e liberdade e expressão. Entretanto, muitas vezes não funcionam como forma de prestação de contas de seus trabalhos para com a população. E esse é um fundamento democrático: fazer com que os representantes eleitos pelo povo transpareçam suas ações para que o povo tenha a liberdade de julgar suas ações como sendo para interesse coletivo ou pessoal.

A liberdade de expressão também possui importância fulcral para a democracia. Em um ponto de vista cognitivo, a mesma proporciona a troca informações, que é o caminho para a concretização do saber e para a atividade científica. Para uma versão mais individual, a liberdade para ler, escrever, discutir e explanar pensamentos, é atributo essencial para uma democracia participativa e bem organizada. A transparência com o bem público e a liberdade de expressão são pontes essenciais para uma democracia saudável, tornando-se sustentáculo para sua sustentação, assim como para frear ataques diretos a seu bem estar.

¹ No texto de JÚNIOR, 1999, não possui referências bibliográficas. Por esse motivo a falta do ano da citação de Kant.

É evidente que a democracia anda de mãos dadas com o sistema capitalista. Entretanto, vale ressaltar, que o campo democrático não é o habitat natural do capitalismo, tendo em vista que o capitalismo se habitua muito facilmente a qualquer que seja o regime posto em ordem na sociedade. Destacamos o regime Chinês, o qual não é considerado uma democracia, mas se sobressai como sendo uma grande potencia econômica mundial. Os regimes democráticos são considerados assim, porque serviram de base para o modo de produção capitalista.

Mas isto não será nosso foco, trataremos de uma concepção mais pragmática do conceito, algo mais objetivo. Segundo o dicionário Michaelis, democracia é: 1) Forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo; 2) Sistema de governo em que cada cidadão tem sua participação; 3) Sistema político dedicado aos interesses do povo; 4) Sistema político influenciado pela vontade popular e que tem por obrigação distribuir o poder equitativamente entre os cidadãos, assim como controlar a autoridade de seus representantes. Verificamos que o povo é o centro, e a maior preocupação do ideal democrático. Em um governo democrático, o poder emana do povo, pelo povo e para o povo, de acordo com seus próprios interesses e direitos, assegurados via uma Constituição. A constituição democrática de um país é o documento que assegura a todos os seus cidadãos a defesa de seus interesses e direitos. Segundo a Constituição brasileira de 1988, é dever de um estado democrático “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça” de sua população, assim como de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Muitos dicionários etimológicos distinguem o conceito de democracia como surgido na Grécia Antiga, mais especificamente nas discussões em praças públicas, e é composta pela junção de duas palavras: demos = povo; e kratein = governo. Dessa forma, em termos literais, podemos traduzir democracia como sendo o ‘governo do povo’, ou, ‘o regime popular’. A democracia é uma forma de governo, diferindo de outras duas: a monarquia, ou ‘governo de um só’, e a aristocracia, ou ‘governo de alguns’. Em suas obras, Platão descreve cinco formas de governo: república, aristocracia, timocracia, oligarquia, Democracia e tirania (BOBBIO, 1998). Essas são algumas definições mais diretas, objetivas do conceito, aos quais não pretendemos nos aprofundar, mas reconhecemos sua importância como fonte esclarecedora.

Começaremos, de fato, em uma discussão mais profunda sobre esse conceito. Jacques Rancière, filósofo francês forjado nos densos anos 60 do século passado na Europa e dono da

obra *O Ódio a Democracia*, afirma que os grandes especialistas enunciam o efeito democrático, de forma comum, como um paradoxo: “a democracia, como sendo uma forma de vida política e social, é o reino do excesso. Esse excesso significa a ruína do governo democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele (RANCIERE, 2014, p 08)”. Tendo em vista que os membros da sociedade humana possuem uma natureza de interesses, objetivos e desejos insaciáveis, e que essa sociedade democrática assegura a busca do saciável, vemos aí o reino dos excessos em ação. O controle desses abusos cabe, então, a quem? De acordo com o mesmo autor, cabe a sociedade democrática. Esse paradoxo movimentava as engrenagens e linhas de pensamentos sobre a democracia das últimas décadas do século passado até os dias atuais, não esgotando, jamais, o seu escopo.

Jacques Rancière na obra supracitada traz outras reflexões intrigantes acerca desse conceito. A primeira delas é que a democracia é o respeito pleno às diferenças, do direito das minorias e de uma ação afirmativa em prol do povo; então, reflete, porque superpotências econômicas e militares espalham e forçam minorias e culturas diferentes a abdicarem as formas de governo ditas democráticas? A guisa dessa reflexão surge as seguintes perguntas: a democracia é a melhor forma de governo? Quem disse que a democracia é a melhor forma de governo? Ainda segundo Rancière, “levar a democracia a outro povo não é apenas levar os benefícios do estado constitucional, eleições e imprensas livres. É levar também a bagunça (p 44)”. Embora a democracia possua inúmeros benefícios como forma de governo, sua instauração proporciona também alguns malefícios para a própria sociedade, a dita “bagunça” de Rancière, como a corrupção dos representantes legalmente eleitos pelo povo.

Nessa mesma fração, Rancière referencia o autor Jean Claude Milner, “criador de uma tese tão simples quanto radical (P. 20-21)”. Em sua obra, Milner aponta que o crime da democracia europeia era pedir uma solução pacífica do conflito israelo-palestino. Para chegar ao porquê de tal afirmação, o mesmo explica que “a paz democrática europeia não era nada mais que o resultado do extermínio dos judeus na Europa. Europa unida na paz e na democracia tornou-se possível depois de 1945 por uma única razão: o território europeu, em virtude do sucesso do genocídio nazista, estava livre do único povo que criava obstáculos à realização de seu sonho, ou seja, os judeus (MILNER. IN: RANCIERE, 2014)”. Para Milner, a democracia moderna é regada pela destruição dos limites e pela vontade de passar por cima de qualquer coisa que a amarre. Esse desejo por ilimitação culmina hoje na vontade de se livrar, pelas técnicas de manipulação genética e da inseminação artificial, das próprias leis da divisão sexual, da reprodução sexuada e da filiação. Para conseguir alcançar esse nível, a democracia

européia precisava se livrar do povo que carrega no berço esses valores e princípios. Esse povo era aqueles que carregavam o nome de judeu em suas origens. Dessa forma, uma solução pacífica do conflito supracitado seria o extermínio do povo judeu.

Hannah Arendt, em seu livro “A Origem do Totalitarismo”, argumenta em muitas páginas o antissemitismo europeu. Segundo ela, os judeus ocuparam posição social elevada na sociedade europeia. Cargos públicos relevantes, poder político e econômico, além de uma cultura erudita, tudo isso por mais de séculos. Entretanto, quando esse poder e riquezas não possuem uma razão real para existir, ou seja, não tem uma finalidade coerente de retorno, a mesma passa a ser intolerada pelo povo. Toqueville, referenciado por Hannah, esclarece os motivos do ódio das massas francesas contra a aristocracia no início da Revolução:

Enquanto os nobres dispunham de vastos poderes, eram não apenas tolerados, mas respeitados. Ao perderem seus privilégios, e entre eles o privilégio de explorar e oprimir, o povo descobriu que eles eram parasitas, sem qualquer função real na condução do país. Em outras palavras, nem a opressão nem a exploração em si chegam a constituir a causa de ressentimento: mas a riqueza sem função palpável é muito mais intolerável, porque ninguém pode compreender — e consequentemente aceitar — por que ela deve ser tolerada. (ARENDR, 1949, P. 20)

Dessa mesma forma na Alemanha Nazista:

O antissemitismo alcançou o seu clímax quando os judeus haviam, de modo análogo a aristocracia francesa, perdido as funções públicas e a influência, e quando nada lhes restava senão sua riqueza. Quando Hitler subiu ao poder, os bancos alemães, onde por mais de cem anos os judeus ocupavam posições-chave, já estavam quase judenrein — desjudaizados —, e os judeus na Alemanha, após longo e contínuo crescimento em posição social e em número, declinavam tão rapidamente que os estatísticos prediziam o seu desaparecimento em poucas décadas. É verdade que as estatísticas não indicam necessariamente processos históricos reais: mas é digno de nota que, para um estatístico, a perseguição e o extermínio dos judeus pelos nazistas pudessem parecer uma insensata aceleração de um processo que provavelmente ocorreria de qualquer modo, em termos da extinção do judaísmo alemão. (ARENDR, 1949, P. 20)

Dessa forma, a população, na Revolução francesa funcionou como entrave para as regalias dos mais ricos, riquezas essas que não possuíam função social, muito menos objetivo palpável para com a sociedade. Arendt finaliza suas reflexões argumentando que:

A perseguição de grupos impotentes, ou em processo de perder o poder, pode não constituir um espetáculo agradável, mas não decorre apenas da mesquinhez humana. O que faz com que os homens obedeçam ou tolerem o poder e, por outro lado, odeiem aqueles que dispõem da riqueza sem o poder é a ideia de que o poder tem uma determinada função e certa utilidade geral. Até mesmo a exploração e a opressão podem levar a sociedade ao trabalho e

ao estabelecimento de algum tipo de ordem. Só a riqueza sem o poder ou o distanciamento ativo do grupo que, embora poderoso, não exerce atividade política são considerados parasitas e revoltantes, porque nessas condições desaparecem os últimos laços que mantêm ligações entre os homens. A riqueza que não explora deixa de gerar até mesmo a relação existente entre o explorador e o explorado; o alheamento sem política indica a falta do menor interesse do opressor pelo oprimido. (ARENDDT, 1949, P. 21)

Dessa forma, o povo judeu perdeu sua hegemonia, tendo sua riqueza perdido a função social que devia ao povo. Os judeus passaram de classe dominante a povo parasita, em que seus altos cargos públicos, suas riquezas e importância na sociedade, tornaram-se vil; levando ao seu desgaste perante a sociedade. Assim, sem função social clara, os homens não toleraram seu poder e sua perseguição tornou-se instantânea.

Não obstante, algumas teorias podem explicar a onda antissemítica na Europa do século passado. A primeira delas argumenta sobre a auto proclamação do povo judeu como sendo “o povo eleito” por Deus como superior as demais religiões. A segunda diz respeito à visão, pelo resto do povo, que o povo judeu atuou durante a Primeira Grande Guerra como “bode expiatório” dos terríveis acontecimentos ocorridos durante esse período. Entretanto, seguiremos o pensamento de Milner, proposto por Ranciére, em que classificam o antisemitismo como uma “limpeza” dos obstáculos com vistas a uma democratização do território europeu, o que culminou na terrível catástrofe do genocídio judeu durante a Segunda Grande Guerra. Fica evidente que o extermínio de uma minoria favoreceu o afloramento da sociedade democrática em plena Europa do século passado. Nos dias atuais, esse processo ocorre mascarado em nosso país, principalmente direcionado a povos indígenas e negros. É evidente o avanço, nas últimas décadas, do agronegócio sobre terras indígenas em todo território brasileiro. Exemplo claro do avanço capitalista em uma sociedade democrática, que deveria assegurar os direitos legais, em especial a terra, de todo seu povo.

Contudo, para nosso trabalho, utilizaremos a definição de democracia do “*Democracy Index 2019*”, relatório anual da revista *The Economist*, em que é traçada uma interessante diferenciação do conceito democracia com a liberdade, muitas vezes colocados como sinônimos por estudiosos:

Embora os termos "liberdade" e "democracia" sejam frequentemente usados de forma intercambiável, os dois não são sinônimos. A democracia pode ser vista como um conjunto de práticas e princípios que institucionalizam, e assim, em última análise, protege a liberdade. Mesmo que um consenso sobre definições precisas tenha se mostrado elusivo, a maioria dos observadores hoje concordaria que, no mínimo, as características fundamentais de uma democracia incluir o governo baseado na regra da

maioria e o consentimento dos governados; a existência de eleições livres e justas; a proteção dos direitos das minorias; e respeito pelos direitos humanos básicos. Democracia pressupõe igualdade perante a lei, devido processo legal e pluralismo político. Uma questão surge quanto a se a referência a essas características básicas é suficiente para um conceito satisfatório de democracia. Há uma questão de até que ponto a definição pode precisar ser alargada. (Democracy Index 2019, p. 50)

Até onde essa discussão pode chegar é um enigma. Desde a Grécia Antiga que esse conceito permeia correntes discursivas pelo mundo, nunca chegando a um consenso único sobre o que a democracia é. Acreditamos que esse consenso é uma utopia, tendo em vista o emaranhado de pensamentos e discussões que a questão democrática funda e diverge. A convergência desse conceito é algo quase impossível. Bobbio já mencionava a pluralidade de bases para a democracia, com três grandes correntes de pensamento:

Na teoria contemporânea da democracia confluem três grandes tradições do pensamento político: a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos; b) a teoria medieval, de origem "romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia). (BOBBIO, 1998, p. 319 a 320)

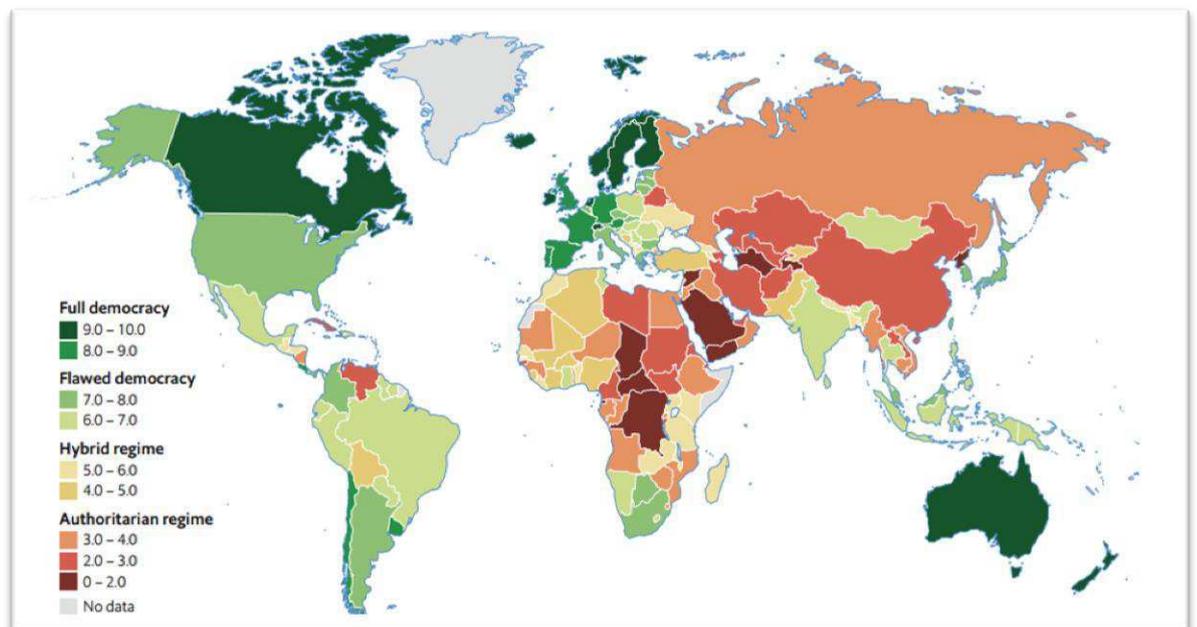
Com isso, consideramos a impossibilidade de se chegar a um consenso acerca desse conceito ímpar.

A *The Economist* baseia este relatório “na visão de que medidas de democracia que refletem o estado das liberdades políticas e as liberdades civis não são densas o suficiente”. Concordamos com esta visão. Pensando nisso, a supracitada revista categoriza as democracias ao redor do mundo, formulando um Índice de Democracia, que leva em consideração cinco classes: processo eleitoral e pluralismo (I); liberdades civis (II); o funcionamento do governo (III); participação política (IV); e cultura política (V). As cinco categorias são inter-relacionados. Dessas categorias, destacamos em especial a participação política. Mas por quê? Em um sistema democrático, a abstenção da participação individual política é inimiga da democracia. Os cidadãos não podem ser obrigados a participarem do sistema, contudo, uma

democracia saudável requer o ativo, ou seja, a participação livremente escolhida dos cidadãos na vida pública. As democracias florescem quando os cidadãos estão dispostos a participar do debate público, eleger representantes e aderir a partidos políticos. Sem esta ampla sustentando a participação, a democracia começa a definhar e se tornar um domínio de grupos pequenos e selecionados (Democracy Index 2019). Verificamos também que nessas cinco classes não é mencionado condições de igualdade econômica. Para nós, tais condições, tendo em vista o sistema capitalista em que vivemos, são fundamentais para a consolidação do equilíbrio democrático. O poder financeiro, em uma disputa eleitoral, é fator preponderante para seu desequilíbrio, levando, muitas vezes, pessoas despreparadas e com viés antidemocrático ao poder. Fator preocupante e que pode levar uma democracia a ruína.

Segundo o “*Democracy Index 2019*”, que fornece dados instantâneos dos modelos políticos de 167 países ao redor do mundo de acordo com as citadas categorias, existem 76 desses, ou seja, 45,5% de todos os territórios pesquisados e 48,4% da população mundial, que podem ser considerados democracias. Neste relatório, os países são classificados em “democracias plenas”, “democracias com falhas”, “regimes híbridos” e “regimes autoritários”, como descritos no mapa a seguir:

Figura 1 - classificação das democracias no mundo



Fonte: Democracy Index 2019.

Para ser considerada uma democracia plena, o país deve ter não apenas as liberdades políticas básicas e as liberdades civis respeitadas, mas também possuírem um ambiente que

favoreça o florescimento da democracia a partir de uma cultura política propícia para tal. O funcionamento do governo é satisfatório. A mídia é independente e diversa. Possui um sistema eficaz de freios e contrapesos. O judiciário é independente e as decisões judiciais são aplicadas. Os problemas de funcionamento das democracias são limitados. Já em uma democracia com falhas, esses países também têm eleições livres e justas e, mesmo que haja problemas (como infrações à liberdade da mídia), as liberdades civis básicas são respeitadas. Entretanto, existem deficiências significativas em outros aspectos da democracia, incluindo problemas de governança, como a corrupção; uma cultura política subdesenvolvida, com pouca ou quase nula participação popular. A falta de engajamento na cultura política do país deve-se a desigualdade de direitos entre boa parte da população. Para nós, isso se dar devido a falhas na educação básica do país, pois, por meio da educação, os jovens tem acesso ao conhecimento do que é e o que não é um direito seu. Dessa forma, para uma democracia plena, os países devem assegurar primeiro a educação de seu povo, o que, por sua vez, assegurará sua participação na vida política do país.

Para ser classificado como um regime híbrido, um país tem irregularidades substanciais em suas eleições, instabilidade essa não vista em países em democracia plena. A pressão do governo sobre os partidos e candidatos da oposição pode ser comum. Possui graves fraquezas em relação às democracias imperfeitas, na cultura política, funcionamento de governo e participação política. A corrupção tende a ser generalizada e o estado de direito é fraco. A sociedade civil é fraca politicamente, com pouca participação na vida política do país. Normalmente, há assédio e pressão sobre jornalistas, e o judiciário não é independente, podendo a ver aparelhagem em seu núcleo.

Nos regimes autoritários o pluralismo político está ausente ou fortemente circunscrito. Muitos países nesta categoria são ditaduras definitivas há décadas. Algumas instituições formais da democracia podem existir, mas estes têm pouca substância, e/ou funcionam apenas como fachada para os interesses ditatoriais e seu líder. As eleições, se ocorrerem, não são livres e justas, podendo sofrer graves ataques em relação a sua legalidade. Há desrespeito por abusos e violações das liberdades civis. A mídia normalmente é estatal ou controlada por grupos ligados ao regime governante, ocorrendo severos casos de censura, muitas vezes escancarados à população. Há repressão às críticas ao governo de forma violenta, principalmente ao partido opositor (quando há). Não existe judiciário independente, na maior parte das vezes sendo aparelhado de todos os lados, não obtendo êxito em suas funções constitucionais.

Como este descrito na tabela 1, 76 países adotam o regime democrático, mesmo possuindo falhas significativas. Esses países representam 45,5% do território e 48,4% da população global. Já 91 países não adotam o regime democrático, o que representa 54,5% do território e 51,6% da população mundial. Dessa forma, podemos extrair como resultado que existem mais ditaduras do que democracias por território no mundo, assim como a maior parte da população global vive em um sistema que não o democrático, mesmo havendo um aumento significativo desta no último quarto de século.

Tabela 1 - Tipos de regime

	QUAN. DE PAISES	% DOS PAISES	% DA POPULAÇÃO MUNDIAL
DEMOCRACIAS PLENAS	22	13.2	5.7
DEMOCRACIAS COM FALHAS	54	32.3	42.7
REGIMES HIBRIDOS	37	22.2	16.0
REGIMES AUTORITÁRIOS	54	32.3	35.6

Fonte: *Democracy Index*, p. 03, 2019.

Partindo para uma discussão regional, temos na América Latina² um total de 10 países (com exceção do Suriname, Guiana Francesa, Guiana e países da América Central). Apenas dois países são considerados democracias plenas, o que representa 20% desse total. Outros seis países, ou seja, 60% são considerados democracias defeituosas ou com falhas. Um país é considerado um regime híbrido (10%). E a Venezuela é o único país considerado um regime autoritário segundo o *Democracy Index*, representando 10% do total. Na tabela abaixo temos uma descrição da situação democrática dos países latino-americanos.

² Existem diferentes origens atribuídas à expressão “América Latina” que evidentemente incluem alguns grupos sociais e excluem outros grupos. A origem do termo remonta à palavra latin ou latina, que encontra diversas definições na literatura. O termo parece ter sido utilizado pela primeira vez pelo publicista colombiano José María Torres Caicedo, em 1856. O uso mais corrente da expressão “latino-americana” se deu no início do século XX, por diversos intelectuais de influência decisiva no continente, entre eles José Enrique Rodó e José Carlos Mariátegui, quando passou a ter um significado político, geográfico e cultural, ainda que na sua acepção originária haja o problema da não inclusão do elemento indígena (AVRITZER, 2016).

Tabela 2 - Situação democrática dos países latino-americanos

	PONTUAÇÃO GERAL	RANKING MUNDIAL	RANKING REGIONAL	(I) PROCESSO ELEITORAL E PLURALISMO POLÍTICO	(II) FUNCIONAMENTO DO GOVERNO	(III) POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO	(IV) CULTURA POLÍTICA	(V) LIBERDADES CÍVIS	TIPO DE REGIME
URUGUAI	8.38	15	1	10.00	8.57	6.11	7.50	9.71	DEMOCRACIA PLENA
CHILE	8.08	19	2	9.58	8.57	5.00	8.13	9.12	DEMOCRACIA PLENA
COLOMBIA	7.13	45	3	9.17	6.79	5.56	5.63	8.53	DEMOCRACIA COM FALHAS
ARGENTINA	7.02	48	4	9.17	5.36	6.11	6.25	8.24	DEMOCRACIA COM FALHAS
BRASIL	6.86	52	5	9.58	5.36	6.11	5	8.24	DEMOCRACIA COM FALHAS
PERU	6.60	58	6	9.17	5	5.56	5.63	7.65	DEMOCRACIA COM FALHAS
EQUADOR	6.33	67	7	8.75	5.36	6.11	4.38	7.06	DEMOCRACIA COM FALHAS
PARAGUAI	6.24	70	8	8.75	5.71	5.00	4.38	7.35	DEMOCRACIA COM FALHAS
BOLÍVIA	4.84	104	9	4.75	3.93	5.00	3.75	6.76	REGIME HÍBRIDO
VENEZUELA	2.88	140	10	0.00	1.79	5.00	4.38	3.24	REGIME AUTORITÁRIO

Fonte: *Democracy Index*, 2019.

Analisando os dados, verificamos uma queda substancial na pontuação geral da América Latina. Em 2018 a pontuação geral era de 6,24, caindo para 6,13 em 2019, configurando-se no quarto ano seguido de queda. Este declínio é reflexo, principalmente, da crise política na Bolívia e do uso crescente de práticas autoritárias na Venezuela.

A Bolívia, em 2019, experimentou o mais severo processo de deterioração democrática na América Latina. A piora de sua pontuação, de 5,70 em 2018 para 4,84 em 2019, foi resultado da crise que se seguiu as eleições gerais de Outubro de 2019. De acordo com a Organização dos Estados Americanos, havia irregularidades graves no processo eleitoral, assim como manipulação de votos pelo presidente Evo Morales, do movimento esquerdista 'Movimiento al Socialismo (MAS)'. Morales, que buscava um quarto mandato como presidente (embora a constituição permita apenas dois), perpetrou uma fraude eleitoral para evitar sua provável derrota em um segundo turno das eleições contra seu principal candidato da oposição, Carlos Mesa. A vitória fraudulenta de Morales desencadeou manifestações nacionais em grande escala com a participação de diversos grupos da sociedade civil. Ele gradualmente perdeu a confiança da polícia, que iniciou um motim nas principais cidades bolivianas. A inquietação social continuou a crescer, e cada vez mais violenta devido, principalmente, aos confrontos entre as forças policiais e partidárias do pró-governo. (Democracy Index, p. 35, 2019)

A crise política, tanto na Bolívia como na Venezuela, afetou consideravelmente a pontuação geral da América Latina, mas não foram os únicos responsáveis pela queda. Há também um declínio no processo eleitoral e pluralismo político (I), assim como nas liberdades civis (V), as duas categorias em que a América do Sul encontrava-se a frente dos níveis globais. O motivo da queda nessas categorias se dar pela subversão de regras democráticas essenciais para manutenção da democracia. Essa subversão partiu dos próprios líderes legalmente eleitos, que distorcem as regras básicas para manutenção da democracia com vistas a interesses particulares e divergentes ao regime democrático. Como exemplo, podemos citar o ex-presidente boliviano, Evo Morales, que subverteu as regras eleitorais para perpetuação de seu mandato.

Segundo o relatório, o desempenho da América Latina em termos de funcionamento do governo permanece sem brilho, pois a região tem lutado para enfrentar altos níveis de corrupção e não conseguiu conter o tráfico de drogas. A governança ineficaz aumentou a insatisfação popular, minando a confiança em instituições políticas e percepções da democracia. Tal quesito resulta no desalento da população politicamente, que, por sua vez, vê a solução dos problemas do país em líderes com posições extremistas, que prometem solucionar os problemas de segurança da nação, assim como o comprometimento no combate

integral da corrupção. Contudo, apenas os países latinos americanos lutam contra a corrupção e o tráfico de drogas? Não é bem assim. Verificamos, com a onda de eleição e líderes com viés antidemocrático, os EUA tendo grandes problemas com Trump. Mesmo possuindo instituições democráticas centenárias, os EUA, assim como também a Europa, não estão livres do ataque de antidemocráticos e do tráfico de drogas.

Contudo, a América Latina é a região mais democrática do mundo, perdendo apenas para a América do Norte e a Europa Ocidental. No que tange ao Processo Eleitoral e Pluralismo (I), a região possui uma nota de 7.48, enquanto a média global é de 5.80. Essa média é devida, principalmente, a existência de eleições e ao direito do sufrágio universal para toda a população adulta na maioria dos países. Assim como do pluralismo político, que permite o conflito de ideologias no campo eleitoral de forma segura, assegurando a qualquer cidadão o direito ao pleito eleitoral sem graves ameaças.

O ponto de partida de qualquer democracia consiste no processo eleitoral através do qual os membros do Executivo e do Legislativo são escolhidos. Para que as eleições sejam consideradas democráticas faz-se necessário que as mesmas se realizem periodicamente, num clima de liberdade e de relativa igualdade de condições para os que delas participam. Faz-se necessário ainda que a cidadania seja inclusiva. Dessa forma, a garantia das diversas liberdades civis, assim como dos direitos políticos, são condições necessárias para considerar um processo eleitoral plural, livre e justo. (ALBUQUERQUE, 2012)

Na Participação Política (III), a América Latina possui uma nota de 5.46 neste quesito, um pouco acima da média global (5.28). Mesmo não sendo uma nota expressiva em relação às demais, queremos abrir um parêntese. Ressaltamos a ampliação dos direitos de participação política, em especial de comunidades indígenas e tradicionais, após a promulgação de novas constituições. No Brasil, por exemplo:

A Constituição brasileira de 1988 reconheceu os direitos dos povos indígenas nos artigos 20, 22, 129, 216, 231 e 232. Todos eles são formas indiretas de reconhecimento. No artigo 20, as terras indígenas passam a pertencer à União; no artigo 22, a União passa a ter o direito privativo de legislar sobre terras indígenas; no artigo 129, o Ministério Público torna-se defensor dos direitos indígenas; no artigo 216, os indígenas passam a fazer parte do patrimônio cultural e imaterial brasileiro; no artigo 231, há o reconhecimento dos costumes, línguas, crenças e tradições indígenas, considerando-se nulos e sem efeitos os títulos de propriedade sobre terras indígenas concedidos a particulares; e no artigo 232, aos índios é reconhecida a capacidade para ingressar em juízo para a defesa de seus direitos. (Brasil, 1988)

“Outros países latino-americanos também ampliaram fortemente o reconhecimento das suas comunidades tradicionais, como foi o caso da Bolívia, em que estabeleceu o princípio do Estado plurinacional, entendendo a pluralidade como jurídica, política, cultural, econômica e linguística” (AVRITZER, p 80, 2016). No Brasil, existe a garantia para posse de terra, um problema recorrente, mas não são garantidos direitos de autogoverno e auto legislação. Há o reconhecimento da importância de incluir politicamente os povos tradicionais, redefinindo as pluralidades nacionais. Entretanto, há muito caminho longo a ser percorrido para garantir os direitos de participação políticas de minorias, como as comunidades tradicionais, que sofrem perseguições constantes no que diz respeito à posse de suas terras, ao reconhecimento de suas línguas, tradições e culturas.

A democracia, na forma como foi evidenciada desde a antiguidade até os dias atuais, traz em si um conjunto de contradições que redundou numa maior ou menor incorporação da população ao jogo democrático. Em sua forma histórica, a democracia dos antigos, expressa na experiência ateniense, era uma democracia direta que se realizava num espaço restrito - a cidade/Estado grega. Ela, a democracia, se processava por intermédio de um sistema de assembleias, às quais era atribuído o poder de tomar todas as decisões políticas. O comparecimento à assembleia era teoricamente permitido a todo cidadão, não havia burocracia e o governo era exercido pelo povo. (NETO, 1997, p. 288)

Nessa citação de Neto, verificamos a colocação de que “todo cidadão” poderia participar as assembleias. Contudo, sabemos que não era bem assim. Mulheres e crianças não tinham permissão de participação; a assembleia era restrita apenas para cidadãos atenienses; escravos eram proibidos de entrar. Dessa forma, o público permitido discutir a democracia era formado por homens livres e de cidadania ateniense. Concordamos com Neto, que a principal característica de uma democracia é a participação efetiva da população em toda e qualquer decisão tomada em conjunto, mesmo havendo representantes eleitos para esse fim. Desde que, essa participação seja de todos os grupos, em especial os minoritários da sociedade. A população deve agir como entrave em situações que coloquem a integridade democrática em jogo: a eleição de pessoas com direcionando antidemocrático; o embate de propostas que inflijam os direitos básicos; o aparelhamento do poder judiciário. Em outras palavras, quando o povo se abstém da fiscalização/participação da vida política do estado, a democracia corre sério risco existencial.

Existem rumores e novas correntes de pensamento que dão conta de uma percepção de recuo, ou enfraquecimento, dos sistemas democráticos em todo o mundo. Larry Diamond, especialista em democracia na atualidade, em “Como as Democracias Morrem”, acredita que

entramos num período de erosão democrática. Durante os anos 80 e 90 do século passado, tivemos um aumento considerável do número de democracias estabelecidas ao redor do mundo, chegando ao seu zênite em 2005 e permanecendo estagnada desde então. Porém, líderes extremistas de direita têm colocado em xeque as formas democráticas de governo. De acordo com Levitsky e Ziblatt, “o período 1990-2015 foi facilmente o quarto de século mais democrático da história mundial – em parte porque as potências mundiais apoiaram a democracia. Contudo, isso pode estar mudando hoje (2018)”. Dessa forma, a recessão democrática se caracteriza como um marco, em que se inicia um processo de definhamento da democracia em todo o mundo, após um período de crescimento desta em boa parte dos países.

Grandes cientistas políticos e renomados órgãos de pesquisas, como o “*Democracy Index*” e o “*Pew Research Center*”, revelaram, a partir de atitudes concretas da população global, uma disjunção significativa entre níveis de apoio público à democracia em todo o mundo. Isso se deve a profunda decepção popular com o funcionamento da democracia e dos sistemas de representação política. Apontam também para uma tendência ao autoritarismo, no mundo em desenvolvimento, cada vez mais ampla. Conforme o “*Democracy Index 2019*”, essa recessão da democracia dar-se-á por um declínio das liberdades civis, incluindo a liberdade da mídia e a liberdade de expressão; como também uma ênfase crescente da governança de elite, em detrimento a participação popular, de 2015 até o momento.

O afastamento do viés democrático, ou queda de uma democracia, dar-se-á de duas formas, segundo Levitsky e Ziblatt (2018): “por meio de um golpe de estado ou por meio de líderes legalmente eleitos”. Golpes de estado, durante a Guerra Fria, foram responsáveis pela queda de três em cada quatro sistemas democráticos. O Brasil foi um exemplo notório desse dado. No ano de 1964, o presidente legalmente constituído João Goulart sofreu golpe militar. A incapacidade de conter a “ameaça comunista” que se seguia a Segunda Grande Guerra e o enfraquecimento do governo justificaram o golpe, que, apoiados pela crise econômica crescente, vigorou por mais de duas décadas. A falta de resistência do governo ao golpe também foi fundamental para a ascensão dos líderes militares, que não tiveram nenhum obstáculo para conquistar o poder.

O novo regime se caracterizou pela promulgação de Atos Institucionais (AI's), que modificavam a constituição de 1946. Com esses atos, milhares de pessoas foram atingidas em seus direitos básicos, como cassação de mandatos eletivos, suspensão de direitos políticos e funcionários públicos demitidos ou aposentados compulsoriamente. Com a onda

anticomunista, líderes políticos de oposição foram presos e passaram por processo de tortura física e mental, com a justificativa de serem disseminadores do Comunismo e quererem a instalação de um regime como o da Cuba. Além disso, mecanismos de censura foram fortemente instaurados. Os meios de comunicação, como jornais, revistas e TV's, assim como personalidades artísticas, passaram por “pente-fino” de suas publicações por órgãos governamentais.

Da mesma maneira, a democracia Chilena sofreu um fortíssimo atentado no ano de 1973. O então presidente Allende, eleito em 1970, apoiado por uma coalizão de esquerda, enfrentava uma devastadora crise econômica, além de uma paralisia política e forte inquietação social nas ruas de Santiago. Vendo isso, as forças militares de direita viram a oportunidade perfeita para usurpar o poder. Comandados pelo general Augusto Pinochet, as forças armadas golpearam a democracia chilena, tomando o controle do país. Allende clamou de dentro do palácio governamental para seus muitos apoiadores irem às ruas reivindicarem o regime democrático, e, com isso, o seu mandato. Porém, suas palavras não foram ouvidas. A polícia que guardava o palácio lhe abandonou e poucas horas depois Allende estava morto. Com ele, a democracia chilena.

Não tão distante, no resultado imediato da Primavera Árabe – após a queda de Hosni Mubarak, o presidente do Egito Mohamed Morsi³ foi derrubado do poder por um golpe militar. O mesmo foi o primeiro civil eleito democraticamente para presidir o Egito, porém, foi deposto pelos militares em 2013; o exército egípcio suspendeu a constituição, prendeu figuras importantes do governo e reprimiu violentamente manifestos pró-Morsi. Dessa forma estava morta a jovem democracia egípcia. Centenas são os exemplos de golpes, que, dessa maneira, desfazem uma democracia de forma surpreendente, utilizando-se do poder armado e da coerção política-militar. Em consonância com Levitsky e Ziblatt (2018): “É assim que tendemos a ver as quedas da democracia: nas mãos de homens armados”.

Porém, há outra maneira de arruinar uma democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Com mais frequência, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis. (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 14)

³ Quem era Mohammed Morsi, ex-presidente do Egito que morreu após audiência em tribunal. **Revista BBC News**, São Paulo, 17 de Junho de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48670528>. Acesso em: 07 de Fevereiro de 2021.

Mas como isso ocorre? Vamos a um exemplo claro: o surgimento e elevação de Adolf Hitler na Alemanha. Inicialmente, ele tentou chegar ao poder por um viés violento, organizando um golpe de estado, fracassado, no ano de 1923. O atentado lhe rendeu nove meses na cadeia, onde escreveu o famigerado “Minha Luta” e assumiu publicamente que chegaria ao poder por um caminho democrático: as eleições. Em 1933, a economia alemã estava em decaída devido a Grande Depressão. Esse fator conferia ao presidente Hindenburg a utilização de um mecanismo institucional que lhe dava a autoridade para nomear chanceleres especiais. Alguns foram nomeados, todos mal sucedidos. Assim, Adolf Hitler foi visto com bons olhos, devido ao seu apoio popular, além da coligação pró-governo vê-lo como facilmente controlado. Bem, o resultado dessa ação já conhecemos.

Não obstante, verificamos o exemplo de Hugo Chávez, na Venezuela. Eleito em 1998, com a promessa de melhorar a vida dos pobres a partir das grandes reservas de petróleo do país, Chávez chega ao poder por vias democráticas de direito. Logo em 1999, realizou uma Assembleia Constituinte, em que seus aliados conquistaram a maioria esmagadora no legislativo. Esse fato lhes consagrou que redigissem a Constituição da forma que lhes coubesse melhor. Algum tempo depois, Chávez alterou a composição da Suprema Corte, de modo que aumentaria as indicações para aliados de seu governo. Esse mecanismo é permitido constitucionalmente e conhecido como ‘aparelhagem’. Emissoras de televisão foram fechadas, líderes de oposição, juízes e figuras da mídia foram presos ou exilados e o limite de mandatos presidenciais foi eliminado para postergação de seu mandato. Foi assim que a democracia mais duradoura da América latino-americana, vigente desde 1958, veio a óbito; Chávez foi sucedido pelo também autocrata Nicolás Maduro.

É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como a ascensão de Hitler e Chávez, líderes eleitos subvertem as instituições democráticas. O retrocesso democrático hoje começa nas urnas. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem a sua essência. (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 16 e 17)

Na contemporaneidade, são por meio de pessoas eleitas democraticamente, com o apoio da maioria populacional, que um regime do povo vem às ruínas. Aparelhagem dos tribunais, propostas aprovadas pelo legislativo e utilização de mecanismos constitucionais;

esses são os meios utilizados por autocratas para subverter o processo democrático. Tais aparatos podem valer-se de esforços mascarados para “fortalecer a democracia”: tornar o judiciário mais eficiente, combater a corrupção, tornar o processo eleitoral mais claro e fomentar a segurança nacional contra ameaças externas e até mesmo internas. Contudo, essas propostas são fermentadas por interesses privados e não perceptíveis pela maioria da população, que não compreendem essa erosão democrática: um autoritarismo envernizado com democracia.

Como não existe um marco evidente de transição do poder, como, por exemplo, um golpe de estado e/ou suspensão da constituição, o povo permanece inerte e não compreende os processos que ocorrem democraticamente para construção de um regime autocrata. Todavia, o povo é quem sustenta qualquer que seja o regime. Nessas horas, cabe ao povo o mecanismo de entrave populacional, impedindo pensamentos, propostas e líderes com perspectivas autocráticas. “Se o povo abarca valores democráticos, a democracia estará salva (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 30)”. Todavia, se a população abraça valores autoritários, a democracia está em apuros.

Porém, como identificar que um líder político é, na verdade, um autocrata? Como impedir que demagogos extremistas cheguem ao poder? De que forma as pessoas podem analisar e identificar políticos autoritários com verniz democrático? Essas respostas, e outras, traremos no próximo capítulo, no qual abarcaremos os indicadores, segundo Levitsky e Ziblatt, de comportamento de líderes políticos autoritários.

UMA EROSÃO DEMOCRÁTICA SOB QUATRO PILARES

Partimos, nesse capítulo, de uma obra de dois autores estadunidenses, o Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, que compilam uma obra ímpar, o livro “Como as Democracias Morrem”, em que trazem um estudo completo e bem fundamentado sobre como os regimes democráticos vem sendo sacudidos ao redor do mundo, em especial com a eleição de demagogos extremistas. O trabalho é uma comunicação dos autores sobre como a democracia estadunidense, tida como “inabalável”, se vê em risco com a eleição de Donald Trump. Contudo, podemos utilizar de seus conceitos, hipóteses e teorias, refletindo-as na nossa realidade em território brasileiro, destacando, é claro, que no Brasil existem ainda outros agravantes que erodem nossa jovem democracia.

Os autores, ao abordarem indicativos de um retrocesso na democracia dos EUA, levantam um estudo e apontam esse fenômeno como sendo uma recessão democrática. Mas porque esse conceito? Para os autores, o mundo, após a Segunda Grande Guerra, passou por um processo de democratização, principalmente em países tidos como ditaduras plenas. Esse processo se estendeu por décadas, até, após os anos 2000, iniciar-se um recuo progressivo na democracia global. O motivo dessa recessão, para eles, dar-se-á pela eleição de pessoas, ou líderes políticos, extremistas, como, por exemplo, Donald Trump, que é apontado por eles como sendo um líder autoritário e antidemocrático. Para chegar a essa conclusão, Levitsky e Ziblatt, trazem a tona quatro pilares, ou indicativos, que apontam um líder político como antidemocrático.

Esses quatro pilares podem indicar que a democracia de um país esteja sob perigo, correndo o risco de desfalecer nas mãos de um autocrata. Para eles, devemos nos preocupar quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive à mídia. Então, para um político se considerado autoritário, ele deve preencher esses quatro quesitos? Não necessariamente. Um político que se encaixe em apenas um desses indicadores já deve ser considerado motivo de preocupação e a atenção das instituições, da imprensa e da sociedade civil deve ser direcionadas. Assim, que tipo de político tende a ser enquadrado nesses quesitos? Levitsky e Ziblatt (2018) classificam que, com grande frequência, “são os *outsiders*⁴ populistas”.

Partindo do primeiro pilar, a rejeição das regras democráticas do jogo político acontece quando o candidato: não reconhece a constituição e seus dispositivos legais, quando demonstra a necessidade de restringir direitos civis ou políticos básicos da população, quando expressarem atitudes para sua redefinição ou suspensão; também quando não aceitam a legitimidade das eleições, rejeitando-se a aceitar seus resultados, assim como seu cancelamento imediato; essas são medidas antidemocráticas clássicas. Esses candidatos também não se intimidam em lançar mão de mecanismos extraconstitucionais para mudar o regime, como os já vistos golpes militares, incitação de protestos em massa destinados a

⁴ Indivíduos de fora do cenário político nacional. Possuem grande apoio popular, devido, basicamente, a não estarem ligados a nenhum partido, prometendo acabar, por exemplo, com a corrupção, aumentar a segurança nacional e/ou refazer o sistema político. Exemplos: Donald Trump, nos Estados Unidos; Alberto Fujimori, no Peru; e Hugo Chávez, na Venezuela. *Outsider* pode ser traduzido como ‘forasteiro’, ‘estranho’, ‘intruso’, ‘indivíduo não iniciado’.

mudança forçada no governo e insurreições armadas. O ir de contramão as regras democráticas é um forte indicio de um político autoritário.

Entramos no segundo pilar quando um candidato antidemocrático também nega a legalidade política de seus oponentes. De que forma? Descrevendo-os como subversivos ou opostos a ordem constitucional; apontam seus rivais como ameaça a segurança nacional e, quase sempre sem fundamentação, afirmam que os mesmo são agentes secretos estrangeiros, trabalhando infiltrados para subverter a ordem existente, colhendo informações e criando alianças com governos inimigos. Vale ressaltar que candidatos propensos ao enquadramento nesse pilar minam seus rivais com questionamentos se realmente pertencem à pátria, a nação ou se são verdadeiramente patriotas para com seu país e povo; fazendo tudo que estiver ao seu alcance para defendê-los. Há também argumentos racistas, étnicos, sexistas e religiosos contra oponentes, questionando sua cor e religião, com o objetivo de mover massas conservadoras e incitar teorias de cunho preconceituoso.

Da mesma maneira, um candidato quando possui qualquer tipo de relacionamento com milícias, gangues armadas, forças paramilitar, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita; incitam, prometendo bancar custos de defesa, seus próprios correligionários a praticar a violência, quer sejam unos ou em grupo, contra oponentes e/ou seus seguidores; endossam veementemente a prática de violência por seus apoiadores, recusando-se a condená-los; e elegiam outros atos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo; esses quistos de tolerância ou encorajamento a violência são avaliativos de um político que anda de mãos dadas com um viés antidemocrático. A prática de qualquer tipo de violência que impeça a liberdade política do próximo deve ser vista pela população de modo preocupante, engatilhando seu dispositivo de alarme. Esse é o terceiro pilar.

Seguindo a guisa do primeiro indicador, quando um candidato apoia leis ou políticas que restrinjam liberdades civis (legalmente constitucional), como fortalecimento de leis de difamação ou leis que balizem protestos e críticas ao governo, com criação de órgãos específicos de censura ou de agências de espionagem e a ação de desestímulo às políticas de fomento de educação e arte; ele está mostrando uma propensão antidemocrática. Isso se deve ao fato de a oposição ao governo ser um contrapeso essencial para uma democracia, já que a mesma tem a função de criticar e denunciar abusos no poder. Da mesma forma a mídia. Uma mídia engessada por leis de censura, ou restritas a poucos grupos empresariais de

comunicação, torna-se ineficiente em seu papel de informar a população de escândalos e abusos de poder. Essa propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia, é um pilar de cunho fulcral para identificação de um autocrata.

Tabela 3 - Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário

(Continuação)

<p>1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas):</p>	<p>Os candidatos rejeitam a constituição ou expressam disposição de violá-la?</p> <p>Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos?</p> <p>Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo?</p> <p>Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?</p>
<p>2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos:</p>	<p>Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente?</p> <p>Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça, seja a segurança nacional ou ao modo de vida predominante?</p> <p>Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política?</p> <p>Sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?</p>
	<p>Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita?</p> <p>Patrocinaam ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes?</p>

3. Tolerância ou encorajamento à violência:	<p>Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica?</p> <p>Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do planeta?</p>
4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive à mídia:	<p>Apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo certas organizações cívicas ou políticas?</p> <p>Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia?</p> <p>Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo?</p>

(Conclusão)

Fonte: LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 33 e 34.

Então, qual a solução para evitar que demagogos extremistas cheguem ao poder? Qual a estratégia que a democracia pode usar para se manter firme? Essa função é delegada as organizações democráticas e/ou partidos políticos e/ou líderes partidários. Comprometidos com a democracia, tem por função de reforçar as instituições contra autocratas e vetar o surgimento de candidatos populistas que atestem positivo para algum desses quesitos. De que forma fazer isso? Primeiro, pode-se manter esses candidatos distantes do cenário político em época de eleições, evitando suas candidaturas e enquadre em chapas eleitorais, mesmo sabendo que os mesmo possuem potencial de captar grande quantidade de votos. Segundo, pode-se barrar por completo extremistas de suas bases políticas. Terceiro, os partidos podem evitar fazer qualquer tipo de aliança com candidatos antidemocráticos; como vimos na Alemanha de Hitler, uma aliança desse tipo é letal para a democracia. Quarto, os partidos podem isolar em vez de legitimar tais candidatos. E quinto, mesmo com diferença ideológicas gritantes, os partidos devem se unir em uma frente única para derrotar candidatos extremistas emergidos. Esse sistema de freio, ou peso e contrapeso, ajudam de forma inerente ao fortalecimento de uma democracia, assim como o combate das *fakenews*, que torturam e enganam a população com notícias falsas. Dessa forma, para os autores, tal sistema foi falho nos EUA e culminou com a eleição de Trump.

Há ainda, sobre nossa concepção, um sexto “freio” para líderes extremistas: a população. A população é quem elege todo e qualquer líder de uma democracia, a partir do voto. E só ela funciona como entrave em toda e qualquer questão política de uma nação. Entretanto, como agir como população ativa politicamente em um país que não oferece igualdade de oportunidades para todos e todas? É necessário, portanto, igualdade de direitos, em especial com a educação do povo, para o mesmo se classifique e tome as rédeas de participação na vida política do país.

Para finalizar, Trump, nos EUA, atestou positivo para os quatro pilares: (1) Trump minou a legitimidade das eleições, recusando-se a aceitar seus resultados antes mesmo de dada como encerrada; (2) sem fundamentação, descreveu seus rivais partidários como criminosos, deslegitimando sua participação na arena política; (3) endossou tacitamente a violência de seus apoiadores e elogiou atos violentos do passado e em outros lugares do mundo; (4) apoiou políticas que restringiam liberdades civis, ameaçou publicamente seus críticos e mídia, e elogiou medidas repressivas tomadas por outros governos em outros lugares do mundo. Isso nos faz refletir... Sabendo que os EUA possuem instituições centenárias de proteção a democracia, além de um forte sistema de pesos e contrapesos dentro dos partidos políticos, a mesma ainda foi falha e resultou em um extremista na Casa Branca. Ou seja, o Brasil não está protegido e nem tampouco longe da ameaça de antidemocratas, o que resulta de uma erosão gradual da democracia em solo brasileiro.

EROSÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E SEUS EFEITOS GEOGRÁFICO: ANÁLISE DO PRESIDENTE BOLSONARO

Levando em consideração a garantia de direitos para todos e todas dentro do território brasileiro, em especial para os grupos minoritários, o Brasil nunca teve uma corrosão tão abrupta como nos anos após eleição de Bolsonaro.

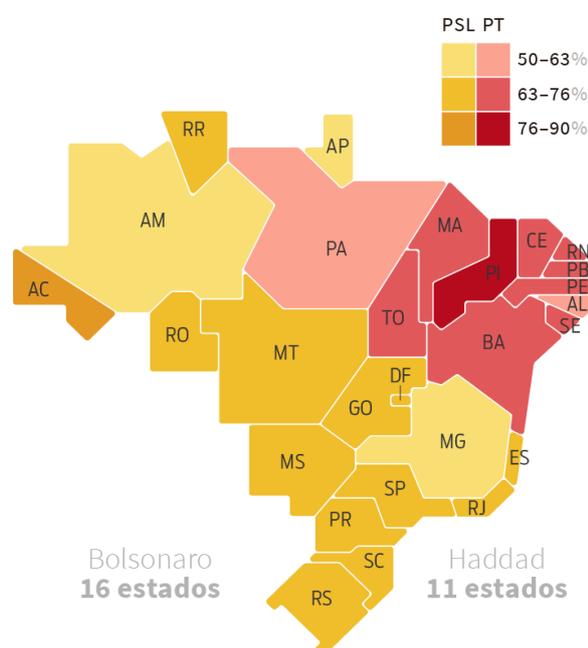
Nascido em Glicério (SP), em 21 de março de 1955, Jair Bolsonaro é descendente de imigrantes italianos, que chegaram ao Brasil depois da Segunda Guerra Mundial. Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro, Jair é casado com Michelle, com quem teve sua filha caçula, chamada Laura. Jair Bolsonaro é pai de cinco filhos. Flávio, Carlos e Eduardo, que foram, respectivamente, eleitos como senador pelo estado do Rio de

Janeiro; vereador do município do Rio de Janeiro e deputado federal pelo estado de São Paulo. É pai também de Renan e Laura.

Sua carreira política começou em 1988, quando concorreu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e conseguiu uma vaga no Legislativo da cidade. Em 1990, dois anos depois de eleito, conquistou o primeiro dos sete mandatos consecutivos no cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 2014, foi o mais votado no Rio de Janeiro na disputa pela Câmara Federal. Em seus mandatos parlamentares, destacou-se especialmente pela defesa dos direitos dos militares ativos, inativos e pensionistas. Em sua carreira política, defendeu a redução da maioria penal, o direito à legítima defesa e a posse de arma de fogo para cidadãos sem antecedentes criminais. Também atuou em favor de medidas para garantir a segurança jurídica das ações policiais. É o idealizador de uma proposta para tornar obrigatório o voto impresso no Brasil, medida que ele acredita que contribuirá para a realização de eleições mais confiáveis e passíveis de auditoria. Além disso, destacou-se na defesa dos valores cristãos e da família.

Jair Bolsonaro foi eleito em outubro de 2018 presidente da República com 57.797.847 dos votos, 55,13% do eleitorado brasileiro, pela Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB). No mapa a seguir, verificamos a territorialização dos votos de Bolsonaro no segundo turno, contra Fernando Haddad (PT):

Figura 2 - territorialização dos votos de Bolsonaro no segundo turno



Fonte: GAZETA DO POVO, 2018.

Podemos analisar que o presidente teve uma perda considerável em todos os estados da região Nordeste e em dois estados da região Norte. Essa perda tem reflexos imediatos da consolidação de políticas sociais maciças de governo anteriores (Lula 2003-2011 e Dilma 2011-2016) especialmente na região Nordeste, como o Bolsa Família, que é o maior programa de transferência direta de renda do país, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o território nacional, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família e a região Nordeste possui o maior número de beneficiários: 6,98 milhões. O primeiro fator que contribui para a perda de Bolsonaro nessa região é a grande impulsão que o Bolsa Família obteve nos governos supracitados, que são apoiadores diretos de seu concorrente nas eleições de 2018: Haddad. O segundo fator é que, no passado, Bolsonaro chegou a atrelar o programa, em entrevistas e em discursos na Câmara dos Deputados, a uma política de atração ou “compra” de votos. “O Bolsa Família nada mais é do que um projeto para tirar dinheiro de quem produz e dá-lo a quem se acomoda, para que use seu título de eleitor e mantenha quem está no poder”, afirmou, em 2011, no plenário da Câmara. O apoio popular veemente a seu concorrente, assim como a insatisfação da população com seus discursos e o medo de haver retrocesso dos programas sociais em seu governo, são fatores que contribuíram significativamente para a derrota de Bolsonaro em toda região Nordeste, assim como no Tocantins e Pará (N).

Na região Centro-Oeste o atual presidente teve vitória em todos os estados, sem exceção. Essa vitória é reflexo do pensamento conservador do agronegócio, que viu no presidencialismo melhores condições para a agricultura e pecuária. O agronegócio tomou proporções de evolução próprias:

Criou-se no centro do país um complexo de criação de gado tão poderoso que em muitas áreas o número de bovinos é muito maior do que o de humanos. No total, em nível nacional, o número de cabeças de gado é maior que o dos habitantes, mas a relação é diferente de região para região: em todas as microrregiões do Centro-Oeste o número dos primeiros é muito maior do que aquele dos segundos. A dinâmica espacial desse fenômeno é preocupante, uma vez que esse desequilíbrio está se movendo em direção ao norte e oeste do país, já além do rio Amazonas. O número de cabeças de gado nas fazendas está em constante evolução e o seu aumento está levando à conversão de ecossistemas e biomas florestais em pastagens. (THÉRY, 2019)

Não acreditando nas propostas petistas, assim como a visão de ligação com a corrupção deste partido, o agronegócio se voltou para Jair Bolsonaro com força total, resultando na vitória do atual presidente em todos os estados.

O sucesso de Bolsonaro deveu-se essencialmente a uma rejeição maciça e visceral do PT por boa parte da opinião, porque sua passagem ao poder foi marcada por um abandono de suas promessas de reformas e um recurso maciço à corrupção. O fracasso em iniciar as reformas estruturais necessárias alienou o apoio de sua ala esquerda, e a corrupção o fez perder o respeito e o apoio da classe média, que dá alto valor à honestidade e ao mérito, que o partido dizia defender quando estava na oposição. (THÉRY, 2019)

Nas regiões Sul e Sudeste, maiores colégios eleitorais do país, além da rejeição ao petismo, existe a insegurança da população, já que são as duas regiões economicamente ativas do país. Esse fator foi preponderante para a vitória de Bolsonaro, já que o presidencialável levou como norte a segurança do povo a qualquer custo.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou em junho de 2017 o Atlas da Violência 2017, produzido em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que analisa a distribuição regional de homicídios. O estudo se baseia em números absolutos de homicídios e na taxa dos mesmos por 100.000 habitantes (o indicador internacionalmente reconhecido para comparações) entre 2005 e 2015. Esses dados são assustadores. O Brasil registrou 59.080 homicídios em 2015, enquanto em 2005 eles eram “apenas” 48.136, um aumento de 22,7%. São 160 mortes violentas por dia, o equivalente ao número de passageiros de um Airbus A320 ou Boeing 727-100: imagina-se a consternação e as reações no país se um desses aviões cair todos os dias, matando todos os seus passageiros. Para o Brasil como um todo, a taxa foi de 28,9, mas o Atlas detalha por região, estado federal e municípios de mais de 100.000 habitantes. Observemos primeiro que a violência está concentrada em certas partes do país, uma vez que 2% dos municípios (111 de 5.570) representavam em 2015 metade dos casos de assassinato no país, e 10% deles (557) representavam 76,5% de todas as mortes. E que a distribuição dos crimes está mudando rapidamente, da periferia das grandes cidades do Sudeste e do Sul do país para as suas periferias pobres, a Amazônia e, especialmente, o Nordeste. (THÉRY, 2019)

Mesmo as regiões Sul e Sudeste sendo polos de violência no território brasileiro, há uma novo avanço para outras regiões. A segurança permeia o medo da população, desde o sair para trabalhar até mesmo ficar dentro de suas próprias casas. Dessa forma, qualquer político que tenha como bandeira a solução desse problema será visto com bons olhos por todos, não importa sua distribuição geográfica.

No “*Democracy Index 2019*”, a democracia brasileira está classificada como tendo falhas. Em outras palavras, ainda não possuímos uma democracia com normas bem

estabelecidas. Como já citado, entramos em um período de recessão democrática em todo o mundo, em que as pessoas encontram-se decepcionadas com seus sistemas políticos. Esse fator leva a população a acreditar que políticos com ideais extremistas são a solução para a quebra da corrupção e volta do crescimento econômico. Talvez essas condicionantes levaram Bolsonaro ao poder. Mas, de acordo com os indicativos de Ziblatt e Levitsky, Bolsonaro possui um viés antidemocrático? Seguindo a tabela, apontamos que Bolsonaro se enquadra positivamente para alguns dos quesitos do comportamento antidemocrático, os quais iremos discorrer em seguida.

Bolsonaro sempre deixou evidente seu descontentamento com o sistema eleitoral brasileiro. Como já citado, o mesmo é autor de uma proposta para tornar obrigatório o voto impresso no Brasil, tendo como fundamento a confiabilidade e auditabilidade desse método em detrimento do sistema de urnas. O projeto de lei que visava à implantação do voto impresso fora apresentado inicialmente quando ele era Deputado Federal, a qual foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2019, Bolsonaro propôs categoricamente a rediscussão de seu projeto, dessa vez como Presidente da República. Assim, o mesmo já tentou minar a legitimidade das urnas, recusando-se a aceitar seus resultados, mesmo quando foi declarado vencedor. Em viagem aos Estados Unidos nos primeiros dias de Março de 2020, Bolsonaro afirmou: “Minha campanha, eu acredito que, pelas provas que tenho em minhas mãos, que vou mostrar brevemente, eu tinha sido, eu fui eleito no primeiro turno, mas no meu entender teve fraude. E nós temos não apenas palavras, nós temos comprovado, brevemente eu quero mostrar, porque nós precisamos aprovar no Brasil um sistema seguro de apuração de votos. Caso contrário, passível de manipulação e de fraudes”.

Questionado por repórteres, ele não forneceu mais informações acerca das ditas provas e não apresentou nenhum indício concreto de fraude nas eleições de 2018, além do fato de ser o único candidato a contestar os resultados, ou seja, denúncias infundadas. Aliás, no dia 30 de julho de 2021, em transmissão nacional pelo Facebook, o atual presidente afirmou não ter provas, apresentando apenas indícios os quais foram refutados novamente por agências de checagem de fatos e pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto, esta não foi a primeira vez que ele tentou questionar a legitimidade das eleições, ao longo de sua campanha eleitoral diversas foram às vezes que ele levantou dúvidas acerca do funcionamento das urnas eletrônicas, chegando a firmar que não aceitaria resultado diferente de sua eleição.

O sistema de urnas eleitorais brasileiro é reconhecido em todo o mundo como sendo de extrema segurança e agilidade na apuração dos votos. Utilizado pela primeira vez em 1996, o sistema é testado por vias públicas desde então. Profissionais altamente qualificados em técnicas de criptografia, desenvolvimento de *software* e engenharia reversa examinam todo seu sistema a procura de falhas e melhoramentos. A mais de 20 anos sendo usadas nas eleições do território, nunca foram registradas fraudes de grande porte. Eleições sem fraudes foram uma conquista da democracia no território brasileiro e o sistema de urnas é um de seus mecanismos mais fortes. Qualquer declaração que vá de encontro a essa estrutura tem por finalidade criar desconfiância na população e fazê-la com que abrace valores antidemocráticos. Além disso, ao não reconhecer o resultado das eleições, mesmo sendo favorecido por elas, e endossar propostas de retorno ao voto impresso, Bolsonaro mina a legitimidade de um processo democrático e rejeita suas regras constitucionais, classificando-o em nosso primeiro indicador de comportamento autoritário.

A insinuação a violência é um *landmark* de Bolsonaro. Por ser um militar aposentado, o mesmo, em sua carreira política, defende essa classe com “unhas e dentes”. Esse fator lhe rende um histórico violento, principalmente com sua proposta de posse de arma de fogo para cidadãos comuns. Durante sua campanha presidencial, o uso do gesto da “arminha” foi endossado pelo próprio candidato e utilizado ferrenhamente por seus correligionários. Em uma convenção de pré-candidatura, em Agosto de 2018 na cidade de Goiânia – Capital do estado do Goiás -, o aspirante ao Palácio do Planalto é flagrado ensinando uma criança a fazer o gesto na frente de milhares de simpatizantes: “ele (Bolsonaro) segura no colo uma menina e a auxilia, com um largo sorriso no rosto, a usar os dedos polegar e indicador para simular que segurava uma arma em suas mãos. Em seguida, ele também faz o gesto (O GLOBO, 2018)”. Segundo o mesmo, “Tem que fazer a distinção. Para as pessoas de bem (o gesto) é coragem, honestidade, ser patriota. Mas para o bandido pode ser uma arma”. Esse posicionamento sempre esteve presente em sua política. Quando Deputado, o gesto era comumente utilizado por sua “bancada da bala”, formada principalmente por policiais e integrantes das forças armadas.

Em entrevista ao Jornal da Band em 2018, Bolsonaro também se colocou favorável a uso da tortura pelas forças militares, prática que o então futuro candidato classificou como “medidas enérgicas”; além do famoso jargão “bandido bom é bandido morto”, incitando a polícia a repreender violentamente os “vagabundos” e “marginais”. Existe também evidências claras de violência contra a mulher permeando em seus discursos e ações. Em um

bate-boca com a deputada Maria do Rosário (PT), em 2006, Bolsonaro afirmou que não a estuprava porque ela não merecia; e sua célebre frase: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher.” O jargão de que violência se resolve com violência cria um ciclo vicioso de ódio e vingança em uma sociedade polarizada no vasto território brasileiro.

O episódio que pôs fim a sua carreira militar esboça bem esse viés violento do gora Presidente da República: a "Operação Beco sem Saída", de 1987. Essa operação foi um suposto plano liderado pelos Capitães Jair Bolsonaro e Fábio Passos para explodir bombas-relógio em unidades do exército brasileiro, no caso de o então Presidente José Sarney não atender as medidas salariais esperadas pelos militares. O caso parou na mídia e foi levado a julgamentos pelas instâncias superiores. Todavia, em benefício da dúvida, os capitães foram inocentados. Contudo, o episódio precipitaria o fim da carreira militar de Bolsonaro, que fora posicionado na reserva remunerada como Capitão em 1988. Sua trajetória política começa a partir do seu fim como militar, defendendo essa classe no Legislativo brasileiro e agora no Executivo.

Além do mais, Bolsonaro acumula em sua carreira política profundo apreço pelo regime militar. Primeiro ele nega, há décadas, que houve golpe militar no ano de 1964. Em 2018, no programa Roda Viva, o presidenciável defende: “Não houve golpe militar em 1964. Quem declarou vago o cargo do presidente na época foi o Parlamento. Era a regra em vigor.” Ele também sempre se posicionou em favor dos Atos Institucionais (AI) do período ditatorial: “Eu louvo os militares que, em 1968, impuseram o AI-5 para conter o terror em nosso País, ato também apoiado pela mídia, apoiado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) [...] Mas eu louvo o AI-5 porque, pela segunda vez, colocou um freio naqueles da esquerda que pegavam em armas, sequestravam, torturavam, assassinavam e praticavam atos de terror em nosso País”. Além de louvar atos políticos repressivos do passado, afirmou que seus rivais constituem ameaça a segurança nacional, opostos a ordem constitucional existente.

Há também o caso de saudosismo ao Coronel Ustra:

As declarações de Bolsonaro em defesa da ditadura ganharam projeção inédita na votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff na Câmara, em abril de 2016. Com os olhos do país voltados ao plenário da Casa, Bolsonaro citou o coronel do Exército Carlos Aberto Brilhante Ustra, notório torturador e chefe do DOI-Codi em São Paulo entre 1970 e 1974. “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff (...), o meu voto é sim”, disse o presidente, ao lado do filho Eduardo, que repetia as palavras do pai. Na entrevista à Roda Viva em julho

de 2018, o então presidenciável Bolsonaro citou *A Verdade Sufocada*, de Ustra, como seu livro de cabeceira. (Revista Veja, 01 de Nov. de 2019)⁵

Da mesma forma, e de maneira ainda mais alarmante, foi o discurso do ex-secretário de Cultura do Governo de Bolsonaro, Roberto Alvim. Em vídeo repercutido em todas as redes sociais, o então secretário divulga um projeto de artes do governo. Até ai tudo bem. O que assusta na publicação é o claro flerte nazista de seu conteúdo. Alvim utiliza de citações diretas ao também discurso de Joseph Goebbels - antissemita radical e um dos idealizadores do nazismo -, e ministro da propaganda de Adolf Hitler. Além do cenário quase idêntico, da interpretação coercitiva e a música de fundo por Richard Wagner, compositor alemão que fora tomado pelos nazistas como exemplo de superioridade musical e intelecto por criar obras de cunho nacionalista e antissemita. Mesmo não partindo diretamente de Bolsonaro, mostra o cunho ideológico de seus simpatizantes: um contato direto com o Nazismo alemão. Segue os discursos:

Roberto Alvim: “A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada”.

Joseph Goebbels: “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande pátos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada”.

Militar aposentado compulsoriamente; incentivo ao uso de gestos que incitam a violência; desfloramento de guerra contra os marginalizados da sociedade; violência explícita contra o sexo feminino; apreço pelo regime militar ditatorial; saudosismo a personagens figurativos de violência do passado; e flerte direto com o nazismo. Esses quesitos, entre outros, coloca nosso Presidente enquadrado naqueles que elogiaram (ou se recusaram a condenar) atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do planeta e enalteceram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado como no presente.

A obviedade do caminho antidemocrático de Bolsonaro é escancarada. Outros são os quesitos que poderíamos estacar em nossa tabela, entretanto, para evitarmos o alongamento deste trabalho, preferimos nos restringir a esses citados. A eleição de Bolsonaro pode ser classificada como um marco de acentuação da erosão democrática em território brasileiro. Em

⁵ CAMPOS, João Pedroso de. Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. *Revista Veja*, 04 de Novembro de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>. Acesso em 16 de Abril de 2021.

especial, quando existem ataques severos aos direitos e garantias de igualdade básica da população.

Como exemplo desse enfraquecimento democrático, podemos destacar o desemprego em todo território nacional. “O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho (IBGE, 2021)⁶”. É evidente que o emprego é garantia de sustento da maior parte das famílias brasileiras e é função do Estado garantir políticas públicas para desenvolvimento de novas vagas. Entretanto, o Brasil marcou recorde no segundo trimestre de 2021 com 14,4 milhões de brasileiros desempregados, o que representa 14,1% da população, e 5,6 milhões de pessoas desalentados, ou seja, cidadãos que desistiram de procurar emprego. Esse desemprego está ligado a crise provocada pela pandemia e a reformas estruturais trabalhistas realizadas pelos governos federais, que atacam a classe trabalhadora menos especializada.

Segundo a BBC,

A educação é o principal fator para conseguir melhorar a capacidade das pessoas no mercado de trabalho e conseguir uma taxa de equilíbrio melhor. Nesse sentido, a pandemia pode atrasar ainda mais esse processo, já que ela provocou uma evasão escolar significativa - em outubro do ano passado, 1,38 milhão de estudantes com idades de 6 a 17 anos (3,8% do total) estavam fora da escola, segundo estudo da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), quase o dobro da média de 2019 (2%). A crise sanitária também levou muitos jovens a desistir do Ensino Superior, o que fica evidente na queda de 31% nas inscrições para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) este ano. Com 4 milhões de inscritos, o principal exame de acesso à universidade do país atraiu o menor número de interessados desde 2007. (BBC Brasil, 23 de Julho de 2021)⁷”

Com taxas de desemprego aumentando, somado a falta de políticas ativas do governo Bolsonaro, o Brasil tende a atingir patamares ainda mais altos de desemprego. Tal fator ataca a economia e conseqüentemente a democracia brasileira. Sem emprego, as famílias perdem em renda e perdem poder de compra.

Há também a inflação e a estagnação de salário. Inflação é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços.

⁶ BRASIL. IBGE. **Desemprego**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 14 de Setembro de 2021.

⁷ CARRANÇA, Thais. Mesmo após crise gerada por pandemia, Brasil terá 10 milhões de desempregados, dizem economistas. **Revista BBC**, São Paulo, 23 de Julho de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57937692>. Acesso em: 28 de Setembro de 2021.

“A inflação atual é resultado de dois elementos: um externo, que foge ao manejo econômico do governo, e outro no qual ele é o principal responsável. No primeiro caso, os preços estão subindo no Brasil como consequência das políticas dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que estão desvalorizando moedas periféricas à medida que realizam ajustes nas suas economias “pós-Covid”. Com o câmbio valorizado, a economia brasileira se voltou ainda mais para fora, abastecendo os seus clientes externos com mais força do que o próprio consumidor interno. (ISTOÉ, 25 de Agosto de 2021)⁸”

Com a inflação subindo cada vez mais, e os salários estagnados, tanto dos servidores públicos como o salário mínimo, a economia tende a se virar para o mercado externo com mais facilidade. Dessa forma, ocorre escassez de produtos no mercado interno, aumento generalizada dos preços e diminuição do poder de compra da população. Levando a economia para um buraco. O governo, ao ver a crise, deveria tomar medidas institucionais urgentes. Contudo, Bolsonaro e seus ministros estão mais preocupados com discussões internas, ataques aos outros poderes e birras institucionais, do que com o risco fiscal da economia. “Em 2018, Bolsonaro dizia que não entendia nada de economia e que se precisasse recorreria ao ministro Paulo Guedes, seu “Posto Ipiranga”. Mas, agora, em que o posto começa a dar sinais de ter quebrado, também começamos a ver que o Brasil vai atingindo recordes de desemprego, de famílias endividadas e, o que é pior, com índices de inflação preocupantes e uma crise econômica que começa a ficar incontrolável (ISTOÉ, 2021)”.

Com uma crise sem freios, os efeitos geográficos desse fenômeno começam a emanar. Um deles é o aumento gradativo de pessoas morando na rua.

A população em situação de rua cresceu 140% a partir de 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março deste ano, e tende a aumentar com a crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19. Entre as pessoas sem moradia estão desempregados e trabalhadores informais, como guardadores de carros e vendedores ambulantes. Além de atualizar dados sobre esse grupo social, duas pesquisas recém-concluídas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) alertam: a propagação do novo coronavírus aumenta a vulnerabilidade de quem vive na rua e exige atuação mais intensa do poder público. (IPEA, 12 de Junho 2020)⁹

⁸ MENDES, Vinicius. A inflação de Bolsonaro. **Revista ISTOÉ**, 25 de Agosto de 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-inflacao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 25 de Setembro de 2021.

⁹ IPEA. População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. 12 de Junho de 2020, Ascom IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811. Acesso em: 27 de Setembro de 2020.

Com o desemprego e os preços dos produtos nas alturas, as famílias começam a sentir no básico. Assim, a cesta básica tornou-se mais cara e mais rara na mesa das famílias brasileiras. A fome é recorrente. “Conforme dados do grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, com sede na Freie Universität Berlin, na Alemanha, 125,6 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar durante a pandemia. O número equivale a 59,3% da população do país e se baseia em pesquisa realizada entre agosto e dezembro de 2020 (Brasil de Fato, 11 de Agosto de 2021)”.

O abandono das políticas de combate à miséria recolocou o Brasil no caminho do Mapa da Fome há três anos. O status brasileiro não foi atualizado no último mapa divulgado pela organização, em 2020, porque os indicadores utilizados estão defasados em relação aos do IBGE. Atualmente, a ONU não utiliza mais a ferramenta para comunicar os dados da fome no mundo. Os dados da Rede Penssan, reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como os mais adequados para criar um novo Mapa da Fome no Brasil, apontam que a insegurança alimentar grave atingia 9% da população em 2020. O relatório mais recente da própria FAO apontou que 23,5% da população brasileira, entre 2018 e 2020, deixou de comer por falta de dinheiro ou precisou reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos. Os resultados evidenciam que, em 2020, a fome no Brasil retornou aos patamares de 2004. (Brasil de Fato, 11 de Agosto de 2021)¹⁰

Outro efeito é o aumento dos clubes de tiro, o fortalecimento do mercado bélico e uma crescente de milícias em todo o Brasil. Esses fatores fomentam a violência e apontam para um líder antidemocrático e comprometido com ideais armamentistas.

Segundo dados obtidos pela BBC News Brasil com a PF, foram registradas 179.771 novas armas no ano passado, um aumento de 91% ante o registrado em 2019 (94.064), ano em que já havia ocorrido uma forte alta (84%). É o maior patamar da série disponibilizada pela instituição, que começa em 2009. Com isso, o resultado dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro (273.835) representa um aumento de 183% em relação ao total de novos registros de armas de fogo em 2018 e 2017 (96.512). A liberação do acesso a armas de fogo é uma das principais bandeiras do presidente¹¹. (BBC, 2021)

A crise também afeta a arrecadação governamental por meio de impostos, o que impede qualquer investimento por parte da União. Degradando e sucateando todos os

¹⁰ STROPASOLAS, Pedro; GIOVANAZ, Daniel. Brasil com fome: pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores. **Brasil de Fato**, São Paulo, 11 de Agosto de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/brasil-com-fome-pandemia-e-desmonte-do-estado-agravam-drama-dos-trabalhadores>. Acesso em: 25 de Setembro de 2021.

¹¹SCHREIBER, Mariana. Com acesso facilitado, Brasil fecha 2020 com recorde de 180 mil novas armas de fogo registradas na PF, um aumento de 91%. **BBC News**, Brasília, 08 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55590649>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021

equipamentos públicos. Verificamos esse quesito com as universidades públicas, que sofrem ataques como corte de verbas, resultando no pouco financiamento estudantil, desgaste total de seus prédios, poucos recursos para progressões, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tecer considerações é importante ressaltar que o regime democrático possui falhas em qualquer que seja o país. O processo democrático por completo é utópico em uma sociedade com uma pluralidade enorme de pensamentos e ações políticas. Dessa forma, não importa os esforços para que a mesma ande na linha correta, sempre haverá métodos que não foram previstos com antecedência.

Destacamos também que a participação política maciça da população só é possível quando existem processos igualitários de formação política para todos e todas. Esse fator só é possível quando o Estado garante educação de forma igualitária para qualquer que seja o cidadão. Educação, no espaço brasileiro, tá longe de ser igualitária, devido aos problemas de acesso e distribuição.

Com o sucesso das eleições para Bolsonaro em 2018, o mesmo se encaminha para 2022 com otimismo. Sabendo de seu viés antidemocrático, depende apenas da população sua continuação (ou não) no poder do nosso país. Sua reeleição representará ainda mais retrocessos na educação, na saúde, na ciência e tecnologia de nosso país. Dessa forma, resultará num enfraquecimento substancial em nossa democracia, correndo o risco de golpe e morte.

O Estado democrático deve garantir a igualdade de direitos da população. Todavia, falta o básico para milhares de famílias: alimentação, água e luz. Desemprego, inflação, estagnação de salários, empresas fechando e falta de investimentos públicos federais é um sinal claro de degradação da democracia brasileira visto nos últimos dois anos. A democracia brasileira possui falhas, mas agora estamos no caminho da miséria. O sistema de pesos e contrapesos que rege nossa democracia foi falho ao não impedir a progressão de um líder com viés extremista. Assim, a erosão democrática no Brasil se intensificou no governo Bolsonaro, cabendo unicamente à população a continuação dessa erosão ou não.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Armando. **Problemas do desenvolvimento político**: as frágeis democracias latino-americanas, in: Armando Albuquerque, Manoel Alexandre C. Belo, GONÇALVES, Rogério Magnus Varela Gonçalves, Romulo Rhemo Palitot Braga (Orgs). *Desenvolvimento: aspectos sociais, econômicos e político-criminais*. Curitiba: Juruá, 2012

ARENDT, Hannah. **A Origem do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Editora Schwarcz, 1979.

AVRITZER, Leonardo. **Democracia na América Latina**: da inovação institucional ao velho problema do equilíbrio entre os poderes. *Revista USP*: São Paulo, n. 109, p. 75-86, 2016.

BECKER, Paula. **O que é democracia?** Luanda: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011. *E-Book*. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/08202.pdf>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2021.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1988. Última emenda de 15/03/2021.

CABRAL NETO, Antônio. **Democracia**: velhas e novas controvérsias. *Estud. Psicol.*: Natal, vol.2 n°2. 1997.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. **FGV**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Acesso em: 14 de Março de 2021.

DEMOCRACIA. In: Michaelis. 24 de Maio de 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/democracia/>. Acesso em: 25 de Agosto de 2021.

ECONOMIST, The. Democracy Index. **Revista The Economist**, Londres (Reino Unido), 2019. Disponível em: <http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2019.pdf&mode=wp&campaignid=democracyindex2019>. Acesso em: 25 de Agosto de 2021.

GAZETA DO POVO. **Mapa de presidente**, 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-estados-2turno/>. Acesso em: 20 de Outubro de 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Tradução de Romero Aguiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

PAULA JÚNIOR, Franklin de. **O futuro da democracia:** as regras do Jogo. Metanoia. São João del-Rei, n. 1. p. 17-23, jul. 1998/1999.

RÁNCIERE, Jacques. **Ódio à democracia.** 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **O que é democracia.** São Paulo: Editora brasiliense, 1984. *E-Book*. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=3GgvDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 de Março de 2021.

SILVA, Júlio César Casarin Barroso. **Democracia e liberdade de expressão:** contribuições para uma interpretação política da liberdade da palavra. USP: São Paulo, 2009.